

22. José Reis

João Rodrigues

Um esboço biográfico

José Reis nasceu em 1954, sendo natural de Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital. Atualmente, é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) dessa mesma universidade, onde coordena o Observatório sobre Crises e Alternativas, tendo sido o primeiro Presidente da Associação Portuguesa de Economia Política desde a sua fundação, em 2017, até 2021.

O seu percurso académico está indelevelmente ligado à FEUC e ao CES. Fez parte do primeiro grupo de estudantes que se licenciou, em 1978, em Economia nesta faculdade criada em 1973, sendo igualmente o primeiro economista a obter aí o seu Doutoramento, em 1989, uma década depois do seu ingresso como Assistente. A Agregação foi obtida em 1998, um ano antes de se tornar Professor Catedrático. Entretanto, dois anos depois da fundação do CES, ocorrida em 1978, ingressa também no Conselho de Redação da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, onde permanecerá até 1999. A revista era nesses anos iniciais a principal atividade de um Centro que se consolidará e de que passará a ser Investigador Permanente. Ao longo das últimas décadas, uma parte da sua atividade contribuiu de resto para o inequívoco processo de consolidação e expansão de duas instituições que sempre se cruzaram, como atestam os inúmeros cargos aí ocupados: de Vice-Diretor do CES, em 1991-1992, a Diretor da FEUC, em 2009-2015, passando pela presidência do seu Conselho Científico, em 1992-1994 e em 2002-2004, pelo cargo de Diretor da Revista *Notas Económicas* da FEUC, em 1993-1999, ou pelas coordenações de programas de Mestrado e de Doutoramento. E isto sem esquecer uma intensa atividade de lecionação, onde avulta o seminário de economia portuguesa para alunos finalistas da licenciatura em Economia.

Sendo um académico institucionalmente empenhado, José Reis nunca deixou de ter intervenção cívica e de serviço público para lá da academia. Foi Presidente da

Comissão de Coordenação da Região Centro, em 1996-1999, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 1999-2001, e é Membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável desde 2005, tendo, como adiante se verá, uma constante intervenção no debate público em Portugal: um economista pode e deve ser um intelectual público.

Os contributos científicos

A análise dos seus contributos científicos ao longo de quatro décadas, desde os primeiros trabalhos em economia agrária do início da década de oitenta, onde defendeu que esta era «um ramo da economia política do desenvolvimento» (Reis, 1981: 153) até ao seu último livro, publicado em plena pandemia e sintomaticamente intitulado *Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em tempos convulsos*, pode ser balizada pela seguinte metáfora: nutrir uma economia política com raízes.

Beneficiando da sua longa inserção académica numa tradição interdisciplinar crítica, associada ao CES e que tem persistido na análise da sociedade portuguesa enquanto semiperiferia do sistema mundial e, mais recentemente, periferia de um cada vez mais condicionador sistema europeu, tratou-se sempre para José Reis de compreender «o modo como os processos económicos foram estruturados em diferentes momentos da evolução, tomando em conta os respetivos contextos institucionais, históricos e geográficos e as formas de poder aí presentes» (Reis, 2018: 15-16). A sua economia política, assumidamente «impura» (Reis, 2007), é uma história racionalizada e multiescalar da mudança e permanência institucionais, ou seja, da mudança e permanência nas regras do jogo que estruturam as relações sociopolíticas de provisão em economias concretas, territorialmente ancoradas e delimitadas, heterógenas e singulares, atravessadas por múltiplas racionalidades situadas. A sua economia política cuidou sempre de Portugal e dos múltiplos espaços que fizeram e fazem este país comparável: «a economia e a sociedade portuguesas tendem (...) a assumir uma natureza intermédia, irregular, e, portanto muito mais complexa do que as situações típicas das economias centrais ou das do terceiro mundo» (Reis, 1992: 130).

Pensar assim a economia e a sociedade portuguesas, sem separações artificiais, em modo interdisciplinar, implicou um trabalho em contracorrente com tendências fortes, dos anos oitenta em diante, numa ciência económica cada vez mais autossuficiente, a-histórica e desenraizada, centrada em idealizados equilíbrios gerais, em mercados povoados por agentes desencarnados e dotados de uma implacável racionalidade instrumental, focada em modelos matemáticos, formas tantas vezes sofisticadas de mascarar ideias banais, apostada em tratar todas as economias nacionais como objetos de convergência institucional inevitável com um modelo idealizado, localizado algures nos EUA, e que estaria a difundir-se graças à globalização. Esta forma de fazer ciência económica implicava uma invisibilização epistémica de tudo o que interessa a economistas políticos atentos aos espaços e tempos das economias concretas como José Reis, que de resto foi sempre um crítico das hipóteses globalistas de um mundo aplanado depois do fim da história (Reis, 2007).

A escola francesa da regulação, a teoria do sistema-mundo, a rica e plural tradição da economia do desenvolvimento local e regional, o pensamento institucionalista em economia são referências analíticas que José Reis foi acolhendo criticamente nos seus trabalhos. Sempre existiram outros modos de pensar as economias, mesmo que em certas circunstâncias históricas estes estivessem nas margens da disciplina. De sociólogos críticos como Pedro Hespanha, Boaventura de Sousa Santos ou Immanuel Wallerstein a economistas atentos à espessura dos espaços como **António Simões Lopes**, seu orientador de doutoramento, ou Giacomo Becattini, passando por economistas políticos do capitalismo fordista e pós-fordista como Robert Boyer ou Alain Lipietz, são múltiplos os cientistas sociais com quem José Reis teve a oportunidade de aprender e de dialogar diretamente. Juntando a isso a cumplicidade com Gioacchino Garofoli, Claude Courlet ou António Vazquez-Barquero que, em Itália, França e Espanha persistem em dedicar-se às economias da Europa do Sul, na esteira do trabalho pioneiro de Giorgio Fuà.

O seu percurso intelectual começa na economia agrária, influenciado por uma disciplina opcional da licenciatura chamada relações sociais no campo, lecionada por Pedro Hespanha, e por um estágio no Centro de Estudos Agrários da Fundação Calouste Gulbenkian logo a seguir à conclusão do curso. Nesta investigação inicial nota o papel da pequena agricultura familiar e a sua complementaridade com outros sectores, em particular com o industrial (Reis, 1981). No seu percurso doutoral decide aprofundar, com minúcia empírica, a análise das articulações entre a agricultura e a indústria para compreender num contexto geral de crise e transformação como em zonas do norte e centro do país uma certa vitalidade industrial estava dependente da existência de uma força de trabalho industrial com acesso à terra, em modo de pluriatividade: a produção industrial não podia ser desligada das formas de reprodução social da força de trabalho, notando coincidências e sobretudo descoincidências espacialmente específicas nas suas lógicas. De facto, o capitalismo industrial em Portugal não era espacialmente homogéneo e estava em certas zonas do país dependente de lógicas, por exemplo familiares, que estavam para lá da racionalidade capitalista (Reis, 1985). Havia mais país industrial do que aquele que estava em crise nos anos oitenta na cintura industrial de Lisboa, aí coincidindo de forma mais rígida as lógicas capitalistas de produção e acumulação e as de reprodução de uma força de trabalho muito dependente dos mercados.

A tese de doutoramento é um momento naturalmente importante do seu percurso, dando origem a um livro, publicado em 1992: *Os Espaços da Indústria – A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Nele se encontra clarificado um programa de investigação que aponta para um contributo científico: «A análise das expressões singulares da economia (uma formação nacional, um processo de articulações regionais ou um sistema local de organização produtiva) não dispensa que nos interroguemos sobre o seu lugar num contexto mais amplo e sobre a sua *lógica interna* de funcionamento. Por isso, espaço e tempo deverão ser (...) dois temas permanentes do trabalho dos economistas» (Reis, 1992: 17). E foram claramente os temas que José Reis desenvolveu num livro que deu a ver dimensões importantes da regulação económica nesta semiperiferia, das formas de intervenção do Estado às formas de que se foi revestindo a relação salarial na indústria, sector aí privilegiado: «uma economia

que apresenta níveis intermédios de desenvolvimento (...) na qual coexistem diferentes formas de organização da produção e onde é manifesta uma grande heterogeneidade dos agentes e do comportamento económico» (Reis, 1992: 129). Dar a ver essa heterogeneidade passou aí por um trabalho com as múltiplas escalas da atividade económica, da inserção internacional às dinâmicas nacionais e regionais, até se chegar a dois estudos de caso de desenvolvimento industrial local, Águeda e Arganil, onde o método comparativo e um aturado trabalho de campo permitiram analisar a estruturação diferenciada de sistemas produtivos locais de índole industrial, sem perder de vista as suas condicionantes externas e as suas dinâmicas económico-políticas internas. Como afirmará num capítulo de um dos mais marcantes estudos desenvolvidos no CES, coordenado por Boaventura de Sousa Santos, *Portugal: Um Retrato Singular*: «um dos modos de apreciar as dimensões multiformes de regulação económica na semiperiferia é dar atenção aos processos de desenvolvimento industrial local» (Reis, 1993: 152).

No seu percurso pós-doutoral, José Reis desenvolveu três eixos de investigação, traduzidos em artigos científicos e capítulos de livro, muitos deles coligidos num segundo livro relevante, publicado em 2007, e intitulado *Ensaio de Economia Impura*.

Um primeiro eixo, que de resto corresponde à primeira parte do livro, baseia-se na ideia de que não há nada de mais prático do que boa teoria económica crítica, investigando a tradição institucionalista, defendendo convictamente um dos seus pontos centrais: qualquer sistema socioeconómico funcional assenta numa pluralidade de instituições, ou seja, numa pluralidade de «consolidações colectivas de formas de compreender, agir e organizar as interações em sociedade» (Reis, 2007: 13), com lógicas de funcionamento distintas, com um grau variável de complementaridade e de articulação e que estão em permanente e imprevisível evolução. Perceber o funcionamento da economia é assim escrutinar os seus «genes impuros» feitos de instituições, de sistemas de regras, de mecanismos de governação e de mudança institucional. Neste programa de investigação assume particular importância para José Reis a questão da natureza e funções do Estado, um dos pratos fortes da economia institucionalista, destacando-se o seu papel sempre fundamental na estruturação dos arranjos que definem uma economia. Isto apesar da ausência, bem radiografada, de uma adequada «economia política do Estado». Seja como for, o Estado, incluindo o português é uma realidade persistente e resiliente, mesmo que por cá estivesse a ser desprovido de muitos dos instrumentos de política que davam densidade material à soberania nacional.

Um segundo eixo de investigação, visível na segunda parte do livro, debruça-se sobre a «Europa, Portugal, densidades e relações». Nele ganha saliência e expressão institucionalista mais concreta um dos fios condutores que dão consistência ao seu trabalho: a rejeição do discurso «globalista» que privilegia a tese pouco sensata de que os processos económicos contemporâneos conduzem, pela mobilidade dos factores que impulsionam e pela racionalidade dos agentes que neles participam, a uma convergência institucional, guiada pelas forças de mercado, capaz de superar a inevitável «tensão entre mobilidades e territorializações» (Reis, 2007: 146). O estudo concreto de uma economia concreta permitiu a José Reis, na viragem para o novo milénio, captar dinâmicas inesperadas na inserção internacional de Portugal: por

exemplo, «numa época em que o termo emblemático é globalização, o espaço económico do nosso relacionamento externo é cada vez mais europeu do que mundial e é cada vez mais ibérico do que europeu» (Reis, 2007: 180). Ao mesmo tempo que isto assim era, intensificava-se, com o euro, as relações de dependência financeira num contexto de afirmação do poder das finanças transnacionais. As dinâmicas económicas são realmente desiguais, a economia real e os seus agentes escapam sempre à «mecânica fria de homogeneização e indiferenciação» postulada pelo paradigma globalista dominante.

Finalmente, num terceiro eixo, visível nos textos recolhidos na terceira parte do livro, sobre «contextos e territórios», temos a alternativa institucionalista a servir e a ser servida pelo paradigma territorialista, o que vê os territórios como elementos fulcrais da «genealogia dos processos» económicos, sublinhando-se que «território e economias de proximidade, por um lado, e poder e relações assimétricas, por outro, não são questões disjuntivas» (Reis, 2007: 258).

Estes três eixos são articulados e aprofundados num terceiro livro de fôlego – *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa periferia persistente (1960-2017)* –, marcado pela crise financeira de 2007-2008 e pelas suas sequelas austeritárias europeias, bem como pelo longo período de estagnação, divergência e acréscimo de dependência da economia portuguesa. No prefácio ao livro de José Reis, o jornalista económico Nicolau Santos afirma que «se trata da mais importante análise sobre o tema desde “A economia portuguesa desde 1960”, de José da Silva Lopes» (Santos, 2018: 9). Publicados, respectivamente, em 2018 e em 1996, estamos perante dois livros distintos (Rodrigues, 2018).

O livro de Silva Lopes é marcado pela perspectiva, hegemónica à época, da convergência e desenvolvimento pretensamente ininterruptos da economia portuguesa dos anos sessenta em diante. O livro de José Reis também se debruça sobre a economia portuguesa no seu conjunto, com uma ambição de sistematização que se furta aos cânones de uma certa especialização académica fragmentadora, ainda para mais numa área, a ciência económica, que não tinha propriamente privilegiado nas últimas décadas o estudo historicamente informado da economia nacional. Se Silva Lopes beneficiava de estar fundamentalmente fora da academia para se furta a algumas das suas convenções recentes, José Reis beneficiou do contexto institucional interdisciplinar anteriormente assinalado.

A periferia persistente a que o subtítulo do livro de José Reis alude diz respeito às formas que as relações de dependência foram assumindo, acabando por revelar a ilusão intelectual e a perversidade política da tese celebratória da convergência. Este último ponto diz muito também sobre as circunstâncias materiais objectivas do trabalho intelectual. Se é verdade que em 2018 constitui ainda uma heresia económica voltar a falar-se de formas de dependência, também é verdade que a realidade da divergência é ineludível no novo milénio, talvez até mesmo para os que se têm esforçado tanto para proteger a ciência económica das incómodas e condicionadoras questões do poder em múltiplas escalas. A economia política é o método, mas o objectivo de José Reis foi rever o passado para abrir novas possibilidades para o futuro.

Este livro ajuda-nos a reconhecer que nos anos sessenta «se ensaiou uma tentativa de industrialização que cedo se revelou limitada e inconsequente» (Reis, 2018: 13).

Sendo a primeira de cinco circunstâncias identificadas ao longo dos cinco capítulos deste livro, esta foi a que mais poderosamente fez implodir a celebração da fase tardia do fascismo em Portugal, indicando como o controlo dos grupos económicos num regime autoritário configurou uma forma de economia política, de acumulação de capital, absolutamente medíocre em termos de criação de emprego. A emigração maciça neste período é um dos sintomas de uma economia desigual e subdesenvolvida, incapaz de integrar pelo emprego, e que tinha na força de trabalho pouco qualificada e pobre uma das suas compelidas exportações.

Contra modismos intelectuais que secundarizam as relações laborais, José Reis insistiu que a economia «é um sistema produtivo e de provisão», sendo «a inserção pelo trabalho no sistema de emprego (...) o mais poderoso mecanismo de inclusão da nossa contemporaneidade» (Reis, 2018: 25). A segunda circunstância da economia portuguesa alvo de análise foi precisamente a economia política do 25 de Abril, ou seja, o sucesso registado pela democracia portuguesa nas mais difíceis circunstâncias externas: a criação de centenas de milhares de postos de trabalho, num contexto que também foi de afirmação política, ainda que temporária, de uma nova centralidade do trabalho e do salário direto e indireto, associada também à construção do Estado social, de que o direito do (e ao) trabalho foi uma peça central. Ao invés de expulsar força de trabalho, a economia portuguesa importou-a e integrou-a, como atestam as centenas de milhares de «retornados». Contra os que só viram irracionalidades nesta forma de economia política, José Reis valorizou empiricamente as racionalidades da deliberação democrática, sendo este o segundo grande contributo do seu livro para a mudança do nosso passado recente. Cruzando uma análise dos ciclos económicos com os arranjos institucionais em cada momento dominantes, mostra-nos de seguida, entre outras coisas, como o ciclo de expansão do cavaquismo não foi nada de especial, quando comparado com o anterior já depois do 25 de Abril, embora as circunstâncias externas, como Silva Lopes também havia sublinhado, fossem inusitadamente favoráveis ao cavaquismo.

A terceira circunstância teve precisamente a ver com a forma como uma integração europeia aparentemente feliz no seu início passou a sobredeterminar grande parte das transformações internas, rumo a uma forma de economia política cada vez mais neoliberal, coexistindo precariamente com uma economia política do 25 de Abril com cada vez menos influência institucional. 1986 e 1993 são duas datas-chave, quer por causa da adesão à CEE, quer por causa do início do chamado «ciclo da integração monetária», numa economia desde aí sem instrumentos decentes de política económica e sujeita aos humores da finança. José Reis articulou explicitamente ciclos económicos e transformações institucionais. Estas duas datas apontam para a quarta circunstância: a financeirização e a estagnação prolongada, tornando esta periferia um prenúncio de tendências internacionais, visíveis depois da crise internacional iniciada em 2007-2008.

Finalmente, temos a quinta circunstância, onde, com optimismo da vontade, se falava de uma reconhecidamente frágil «economia política da recuperação», superando alguns elementos de uma anterior «economia política do empobrecimento», e que está associada à solução governativa de base nacional encontrada em 2015 em reação ao governo da Troika. O elefante que estava e continua a estar na sala foi,

entretanto, apontado: «esta Europa que nos deprime», subtítulo de um capítulo sobre o que a integração podia ter sido, mas clara e talvez definitivamente não foi.

Um intelectual público

Quando escreve este livro, José Reis tem atrás de si muitos e bons anos de intervenção qualificada no debate público. De resto, isto mesmo é explicitamente reconhecido por Nicolau Santos quando titula o prefácio: «o homem que lutou contra a TINA [*There is no Alternative*] – e marcou pontos». De facto, José Reis foi uma das principais vozes, numa academia demasiado conformada, especialmente nos seus demasiado monolíticos departamentos de Economia, a contestar nos anos de chumbo da troika as opções austeritárias, em nome de alternativas económicas democráticas e com consciência social. Fê-lo através de intervenções em jornais, em presenças regulares em debates televisivos e radiofónicos ou dinamizando iniciativas múltiplas na intersecção entre a academia e o restante espaço público, de que o Observatório sobre Crises e Alternativas do CES foi uma das expressões institucionais. O primeiro relatório deste observatório, sobre a forma de livro coletivo por si coordenado, intitulou-se precisamente *A Economia Política do Retrocesso* (Reis, 2014). O mais recente, igualmente coordenado por si, tem por título *Como reorganizar um país vulnerável?*, consistindo em mais de quinhentas páginas de diagnósticos críticos e de propostas alternativas para um país que quer sair da pandemia e que não pode mais ficar tolhido por uma sabedoria convencional desadequada (Reis, 2020b). A economia política sempre marcou um percurso que também implicou um trabalho próximo com economistas políticos como Ana Cordeiro Santos, José Castro Caldas, Nuno Serra ou eu próprio (Reis *et al.*, 2010; Caldas *et al.*, 2011; Rodrigues e Reis, 2012; Santos e Reis, 2018).

Já antes dos anos de austeridade, José Reis tinha intervindo a favor de uma país mais equilibrado e coeso, defendendo a regionalização ou lógicas de investimento público que vertebrassem o país. Estas preocupações com os espaços de que é feito o país voltaram ao centro do debate público, também graças às suas intervenções, como quando alertou para um modelo de crescimento pós-troika demasiado centrado na área metropolitana de Lisboa e em serviços de baixo valor acrescentado como o turismo, num país crescentemente deslaçado do ponto de vista territorial, dado, entre outros, o declínio demográfico em importantes cidades intermédias. O seu último livro individual, publicado em plena pandemia, compila artigos publicados em jornais de referência, do *Público* ao *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, bem como textos originais (Reis, 2020a). Aí, avança com alternativas, sobretudo no campo da política regional e industrial, para uma economia nacional mais autossuficiente e logo menos vulnerável, sem deixar de denunciar o insustentável «inchamento» de Lisboa e das suas periferias.

Nos vários planos da intervenção, este economista político com raízes sempre cuidou de facto de Portugal.

Bibliografia fundamental

- Castro Caldas J, Neves V, Reis J (2011) Why is economics so fragile? *Revue de la régulation*, 9: 1-18.
- Reis J (1981) A economia agrária e a pequena agricultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8: 149-170.
- Reis J (1985) Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura – para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17: 225-260.
- Reis J (1992) *Os Espaços da Indústria – A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto, Afrontamento.
- Reis J (1993) Portugal: A heterogeneidade de uma economia semiperiférica. In B S Santos (ed.) *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto, Afrontamento: 133-161.
- Reis J (2007) *Ensaios de Economia Impura*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (2018) *A Economia Portuguesa – Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (2020a) *Cuidar de Portugal – Ensaios de economia política em tempos convulsos*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (ed.) (2014) *A Economia política do Retrocesso*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (ed.) (2020b) *Como reorganizar um país vulnerável*. Coimbra, Almedina.
- Reis J, Pereira T S, Tolda J, Serra N (2010) *Imigrantes em Portugal: Economia, Pessoas, Qualificações e Territórios*. Coimbra, Almedina.
- Rodrigues J, Reis J (2012) The Asymmetries of European Integration and the Crisis of Capitalism in Portugal. *Competition and Change*, 16(3): 188-205.
- Santos A C, Reis J (2018) Portugal: uma semiperiferia reconfigurada. *e-cadernos CES*, 29: 57-76.

Referências secundárias

- Rodrigues J (2018) o passado económico tinha de mudar. *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, 140: 6-7.
- Santos N (2018) O homem que lutou contra a TINA – e marcou pontos. In J Reis, *A Economia Portuguesa – Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra, Almedina: 7-12.